



Índice

- 01 Indígena é preso suspeito de estuprar as duas filhas de 11 e 13 anos na Paraíba;
Confira
- 02 Processo de demarcação de terra indígena é suspenso em Juína
- 03 Mostra Cine Índio Brasil chega a sua 5ª edição
- 04 Virou Novela...
- 05 Mais dez casos suspeitos de H1N1 em Vilhena, RO, são investigados
- 06 Futebol feminino indígena vira "febre" no Amazonas e reforça laços culturais
- 07 Justiça Federal condena União a construir poços artesianos em terra indígena
- 08 Pescadores, indígenas e trabalhadores rurais integram novo comitê gestor do Água para Todos em Alagoas
- 09 As políticas para os quilombolas existem no papel, mas colocá-las em prática é ainda um grande desafio.
- 10 Fiscalização fecha serrarias que extraíam madeira ilegal em Grajaú
- 11 Porto do Açu, o lugar em que quase tudo é "quase"
- 12 Cinco ideias equivocadas sobre os índios, por José Ribamar Bessa Freire [Essencial!]
- 13 MPF pede alteração do traçado da BR 158 no trecho que corta a área indígena Marãiwatsédé



- 14** Indígenas de Mato Grosso ganham casas de saúde
- 15** Ribeirinhos do Pantanal terão oficinas de artesanato em aguapé
- 16** Memória e mobilização indígena, por Egon Heck
- 17** Mais saúde e educação aos ribeirinhos
- 18** Grande Assembleia Aty Guasu repudia propostas anti-indígenas
- 19** Pronunciamento Kaingang de Kandóia-Votouro
- 20** Grupo de índios tenta ocupar canteiro de obras de Belo Monte , diz CCBM
- 21** Ministério Público acusa o Governo Federal de não querer indenizar agricultores expropriados pela Funai
- 22** Agricultor é espancado a golpes de machado por um índio no interior da Bahia
- 23** Paz no campo passa por mudanças na legislação, diz Tortelli
- 24** Norte Energia nega irregularidades em plano indígena de Belo Monte
- 25** Demarcação de terras indígenas: diálogo demonstra avanços e garantia de direitos
- 26** Comunidades indígenas fazem pacto para eleger deputado
- 27** Exposição sobre tradição indígena em Maricá segue na Casa de Cultura até o dia 30
- 28** Índice de suicídios entre indígenas no MS é o maior em 28 anos
- 29** Mobilização Nacional Indígena promove manifestações em Brasília
- 30** Agricultores respondem ao Ministério da Justiça até sexta-feira sobre impasse com indígenas



Indígena é preso suspeito de estuprar as duas filhas de 11 e 13 anos na Paraíba; Confira

SÍTIO FOLHA DO SERTÃO, 23.05.2014

Um indígena foi preso suspeito de estuprar as duas filhas de 11 e 13 anos, na Aldeia Sebastião Cruz da Silva, no município de Rio Tinto, localizado no Litoral Norte da Paraíba e a 52 km de João Pessoa, na manhã desta sexta-feira (23).

Segundo informações do Capitão Alberto Filho, comandante da 2ª Cia de Mamanguape, a denúncia partiu do cacique e lideranças indígenas da aldeia que revelaram o crime.

O suspeito foi detido pela Força Tática da Polícia Militar, na Aldeia São Francisco, que fica no município da Baía da Traição. Policiais conseguiram filmar o índio confessando o crime. Ele foi identificado como Sebastião Cruz da Silva, 31 anos e está detido na Delegacia de Mamanguape



Processo de demarcação de terra indígena é suspenso em Juína

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 23.05.2014

Da Reportagem

Deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) recebeu na manhã de hoje (22) do advogado da Frente Parlamentar da Agropecuária, Rudy Maia Ferraz, uma cópia da decisão judicial que suspende a pretensão ampliadora da terra indígena Enawene Nawe, no município de Juína/MT, que tinha sido demarcada pela Fundação Nacional do Índio - Funai.

A Juíza Federal Adverci Rates Mendes de Abreu alegou que a suspensão do processo é uma defesa aos interesses dos produtores rurais da região. A juíza defendeu que para o início de um processo demarcatório é totalmente imprescindível à criação de um grupo técnico especializado para debater os interesses dos agricultores e dos índios, onde todos os envolvidos, incluindo representantes do governo de Juína e da Funai, participem dispondo documentos e informações que sejam relevantes ao debate.

Para Leitão que é o maior defensor da causa, as demarcações indígenas têm sido feitas de forma desregrada e irresponsável pelo órgão. "As últimas decisões vem corrigido injustiças que foram cometidas contra os agricultores dessas regiões. Muitas vezes as novas demarcações acontecem sem nenhum estudo técnico, o que trás um clima de total insegurança jurídica", diz.

Segundo o deputado não existe um estudo específico que justifique o trabalho de demarcação das propriedades, os laudos produzidos são insuficientes para comprovar que as terras são de fato propriedades indígenas. Além disso, os índios e produtores até então, convivem em paz nas localidades, o que não justifica o despejo.

"Essa decisão é mais uma vitória! Temos trabalhado com muito empenho para por fim a todos esses conflitos, que em alguns estados tem gerado até mortes. A suspensão é necessária e importante para que seja feita uma análise específica, pois cada localidade tem sua história e seu diferencial", expõe Nilson Leitão. (Carolina Alves/Assessoria)



Mostra Cine Índio Brasil chega a sua 5ª edição

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.05.2014

Festival dedicado à temática indígena acontece de 23 a 31 de maio, no Rio de Janeiro, e promove filmes e debates com mesas redondas

A Mostra Cine Índio Brasil, realizada desde 2010, no Rio de Janeiro, é dedicada à exibição de filmes brasileiros sobre temas indígenas. A mostra, que acontece no Microcine Bonsucesso, do Ponto de Cultura Cinema Brasil, de 23 a 31 de maio, tem como principal objetivo a promoção e a disseminação das culturas e tradições indígenas.

O festival, além da exibição de filmes, promove o debate por meio de mesas redondas. Este ano, o evento tem como tema "O indígena na ficção e na vida real da tribo e da cidade", mas também abordará outras questões mais específicas, como: "O Indígena no Cinema Brasileiro"; "A interferência do cineasta não indígena nas aldeias dos povos originários"; e "A missão audiovisual do descendente indígena migrado para o contexto urbano".

Serão exibidos, entre outras obras audiovisuais, os longas-metragens "Uma História de Amor e Fúria", de Luiz Bolognesi, e "A Terra dos Homens Vermelhos", de Marco Bechis. O cineasta brasileiro Nelson Pereira dos Santos será homenageado como um dos cineastas brancos que entenderam o universo indígena. Filmes realizados por aldeias indígenas também serão exibidos, além de curtas e médias-metragens e videofilmes.

Há, ainda, a oportunidade de participar da Oficina de Técnicas de Animação, oferecida pelo Centro Técnico Audiovisual (CTAv), da Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura. A oficina acontece de 26 a 29 de maio. As inscrições podem ser realizadas no local do evento, de forma gratuita.

Fonte:
Ministério da Cultura



Virou Novela...

SÍTIO EXPRESSO D'OESTE, 23.05.2014

A questão indígena virou novela nas mãos do estado. Lembro-me quando criança, eu e minha mãe assistíamos e apreciávamos muito cada capítulo da ficção baseada em fatos reais que são transformados midiaticamente em produtos de venda. E é assim que eu vejo o Governo do Estado de Santa Catarina: ASSISTINDO a sua novela e transformando os fatos midiaticamente em reais. Reais conflitos, verdadeira confusão na mente de quem faz parte desse círculo que se tornou a demarcação de terras em Cunha Porã e Saudades. Enquanto no município de Bandeirante a compra nem se quer foi concretizada nos valores tratados, na região de demarcação o acordo para iniciar o processo físico da área parece resistir ainda mais.

Do outro lado ainda, os Guarani sofrem com a insuficiência de espaço para convivência junto aos Kaingang. Para você que está em casa acompanhando esta situação, é bom lembrar os capítulos mais antigos desta história que não tem nada a ver com o resumo dos conflitos da vida real que são transformados em produtos de novela para ser vendida. Já falei aqui e em outros espaços que sou defensora nata dos povos indígenas, bem como defendo que os agricultores sejam muito bem remunerados e possam ter uma vida digna, a exemplo do que os povos indígenas buscam hoje e buscaram durante toda a vida, desde quando foram expulsos dessas terras.

Entendo que os leitores desta coluna certamente querem uma resposta fundamentada para a minha defesa aos povos nativos, a qual me refiro e faço sem nenhum medo. Portanto lhes certifico que os indígenas contribuíram e contribuem muito para a nossa vida e história, inclusive, foram os primeiros a inserir a prática da agricultura, a qual tão bem conhecemos nesta e na maioria das regiões do Oeste e Extremo Oeste Catarinense.

Segundo Darcy Ribeiro conhecido como antropólogo e político Brasileiro, "Na escala da evolução cultural, os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola (...). É de se assinalar que eles faziam por um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimentos de seus roçados. Entre elas, a mandioca, o que constituiu uma façanha extraordinária, por que tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se viva na terra por meses" (p. 28).

Para enriquecer ainda mais a reflexão do leitor sobre a luta pela demarcação dos indígenas, trago a afirmação do doutor e pesquisador Elison Antonio Paim referindo-se ao processo de colonização da região Oeste Catarinense e a expulsão dos ameríndios. De acordo com ele: "Os colonos que compravam as terras no Oeste Catarinense queriam que elas estivessem limpas, ou seja, sem moradores. Para a limpeza da terra os caboclos e os poucos indígenas que ainda

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 91 / 2013

Brasília, 26 de maio de 2014.

viviam foram expulsos de suas terras, pois eram considerados improdutivos. Esses povos, ou foram sendo empurrados para áreas distantes nas matas, ou foram para as cidades, quando não foram literalmente eliminados” (PAIM, p. 6, 2006).

Como podem perceber, não sou eu quem está afirmando isso, a própria história e estudos realizados trazem em seu contexto que a peleia ainda será grande e que as consequências de uma dívida histórica com os indígenas ainda vai se prolongar muito nesta região. Diferentemente do jogo noveleiro de certos politiqueiros, os fatos reais ainda serão apresentados, na íntegra, sem cortes e edições fantasiosas.



Mais dez casos suspeitos de H1N1 em Vilhena, RO, são investigados

SÍTIO O NORTÃO, 24.05.2014

Todos ainda aguardam resultado do Laboratorio Central (Lacen) de Porto Velho.

PORTO VELHO RO - Após a morte de uma criança indígena, em abril, com suspeita de H1N1, mais dez casos da doença são analisados pelo setor de epidemiologia de Vilhena (RO), município distante cerca de 700 quilômetros de Porto Velho. De acordo com a Atenção Básica de Saúde, seis moradores foram internados nos últimos dias no Hospital Regional com suspeita do vírus. Os outros quatro casos foram apontados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Todos ainda aguardam resultado do Laboratorio Central (Lacen) de Porto Velho.

A enfermeira responsável pelo setor de epidemiologia do Hospital Regional, Cláudia Cristina Vecchi, ressalta que os médicos decidiram pedir os exames de H1N1 após os pacientes apresentarem os sintomas do vírus, como dor de cabeça, febre e dor de garganta. "Os médicos acham por ventura medicar e já solicitar estes exames, como prevenção", afirma. Os primeiros resultados, segundo Cláudia, devem ficar prontos dentro de 20 dias.

Em abril, dois casos de H1N1 foram confirmados em crianças indígenas no município. Um menino de 1 ano morreu após contrair a doença. Já a menina recebeu alta da unidade hospitalar mas, voltou a ser internada na quinta-feira (22), após um agravamento do quadro clínico. "O irmão dela também está internado com suspeitas da doença", explica a enfermeira.

Segundo a Atenção Básica do município, outros três casos mais antigos de suspeitas já tiveram exames entregues e constaram como negativo para H1N1. Para diagnosticar, Cláudia conta que os pacientes com suspeitas da Influenza são internados e recebem alta enquanto o resultado do exame não retorna de Porto Velho. "Geralmente crianças ficam por cinco dias aqui no hospital, tomando os medicamentos. Já os adultos ficam até melhorar", conta Vecchi.

Ao G1, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) informou que desde o 16 de maio equipes da unidade de Vilhena estão realizando ações nas aldeias para verificar se existem novos casos suspeitos.

Autor: Jonatas Boni e Lauane Sena



Futebol feminino indígena vira "febre" no Amazonas e reforça laços culturais

SÍTIO TERRA, 24.05.2014

O futebol virou uma febre entre várias mulheres de etnias indígenas do Amazonas, que chegaram a montar times e até campeonatos, mas também ultrapassou a fronteira esportiva, ajudando a manter unidas famílias e tradições culturais.

Quando criança, Jucenilda Pena de Souza, da etnia sateré-mawé, jogava bola com os irmãos na terra da aldeia Andirá-Marau, localizada em Parintins, a 369 quilômetros de Manaus, no baixo rio Amazonas.

Hoje, aos 35 anos e morando na periferia da capital amazonense, ela concilia o trabalho como artesã com a função de meia do Selvagem do Amazonas Futebol Clube. Na mesma equipe atuam suas duas filhas, a zagueira Angélica Wururuphort, de 17 anos, e a lateral Ranglema Waikiru, de 15.

"Jogar com minhas filhas é uma diversão, uma coisa muito boa que valoriza a nossa etnia e nossa cultura", disse Jucenilda em entrevista à Agência Efe em Manaus.

O Selvagem do Amazonas FC foi fundado em 2012 pelos indígenas da etnia sateré-mawé, da comunidade Waikiru, localizada no bairro de Redenção, na zona centro-oeste de Manaus. No ano passado, o clube ganhou o primeiro título da categoria indígena do Campeonato Peladão, o maior torneio de futebol amador do Brasil.

O Selvagem é um dos seis clubes de futebol indígena feminino que disputam o campeonato de peladas. Formado com 11 jogadoras titulares e sete reservas, o único homem da equipe é o técnico, o indígena da etnia maraguá Eduardo Rosseti Araújo, 30 anos.

"Elas tinham certa noção do jogo, mas não conheciam a técnica de posicionamento, jogavam muito no chutão", disse Araújo.

"É o primeiro time que eu treino, tirei a tática pelos jogos que vi pela televisão", admitiu.

Fora do período do campeonato de peladas, que começa a partir de julho, as 18 jogadoras do Selvagem do Amazonas treinam aos domingos no campo de futebol do bairro Redenção. Com seus colares e cocares, elas chamam atenção dos moradores quando passam pelas ruas que levam à quadra de terra. Algumas carregam os bebês no colo. Outras crianças são levadas em carrinhos empurrados pelos maridos. Juntas, as atletas têm 31 filhos.

"Ser jogadora é mais que um orgulho, é uma conquista, pois o futebol não é só de homens. É um desafio, porque temos que trabalhar e criar os filhos", disse à Efe a zagueira Inara Waty (Lua), de 22 anos, que é artesã e mãe de três crianças.

CONT.



Das 18 jogadoras do Selvagem do Amazonas, apenas cinco continuam estudando. Duas fazem curso universitário. Angélica Wururuphort, filha de Jucenilda, é estudante do ensino médio e trabalha na Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas. "Este ano vou fazer o vestibular de Direito, quero ser advogada", afirmou.

Já Otacilene dos Santos Rodrigues, 23, é a goleira do time e estudante da Faculdade de Letras da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). No ano passado, ela partiu da aldeia São Benedito, no município de Maués, também no Amazonas, para jogar em Manaus. "Um time de futebol representa a união das aldeias. Quando estou no campo, jogo para vencer", frisou.

Apesar de buscar a preservação cultural indígena, apenas uma jogadora sabe falar a língua sateré-mawé, que pertence ao tronco linguístico Tupi.

"A vida na cidade influencia muito nossa cultura, perdemos o contato com a aldeia e com os parentes mais velhos, que sabem transmitir a língua aos mais jovens", contou a lateral Cleane Paz Oliveira At (Sol), de 28 anos e estudante de Turismo.

Fã da atacante Marta e do goleiro Julio César, a meia e uma das fundadoras da equipe, Erijana Cardoso Miquiles é casada e tem cinco filhos, entre eles duas jogadoras da reserva do clube, Laís, 13 anos, Taise, 19. Trabalhando como artesã de brincos, pulseiras e colares, ela diz que não é fácil reunir o time para os treinos.

Sem patrocínio, as jogadoras fazem uma vaquinha para pagar as passagens de ônibus das colegas que moram longe do campo de treino e para a comida. "O time precisa de equipamentos, uniforme, chuteiras. Nem todas têm condições condições de comprar o calçado, pagar o transporte", disse.

Enquanto dribla dificuldades para levar o time a campo, ela argumenta não concordar com os gastos para a realização da Copa do Mundo em Manaus.

"A Copa é uma grande honra para o Brasil, que é a casa do futebol, mas o lado negativo é que está sendo gasto dinheiro público sem dar valor aos assuntos da educação e da saúde dos povos indígenas", lamentou.



Justiça Federal condena União a construir poços artesianos em terra indígena
SÍTIO RONDONOTÍCIAS, 24.05.2014

Porto Velho - Rondônia: No julgamento de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público, a 1ª vara da Justiça Federal em Rondônia condenou a União a construir poços artesianos nas aldeias Central, Nova e Buriti, localizadas nas comunidades da Terra Indígena Kaxarari. Além disso, a União também foi condenada a aperfeiçoar os poços já instalados nas aldeias Pedreira, Barrinha Paxiúba e Marmelinho e a instalar fonte alternativa de energia para o funcionamento de bombas hidráulicas ou de equipamentos que permitam o armazenamento de energia captada pela luz solar. Os índios Kaxarari habitam a fronteira entre Rondônia e Amazonas, nas proximidades da rodovia federal BR-364, com cerca de 2 mil indivíduos. De 1910 até início da década de 1980, devido a violentos ataques de caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros e ocorrência de epidemias, tiveram sua população reduzida a menos de 200 pessoas.

Segundo a Procuradoria da República, há falta de água em sete aldeias indígenas: Pedreira, Paxiúba, Barrinha, Marmelinho, Central, Nova e Buriti. Inquérito Civil Público apurou que havia problemas de abastecimento na tribo indígena Kaxarari. Devido à péssima qualidade da água, diarreia, vômitos e parasitoses ocorrem com frequência entre os moradores das aldeias. Em algumas delas o poço de água é do tipo "amazonas" ou cisterna, vindo a secar durante o período de estiagem devido a pouca profundidade da perfuração. Na aldeia Marmelinho, equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/MS levou a bomba que extrai água do poço no início do ano para troca ou conserto, mas o equipamento ainda não foi restituído à comunidade. Na aldeia de Buriti, não há poço para extração de água, sendo consumida água de um igarapé aparentemente limpo, cuja nascente encontra-se próxima a aldeia e nos limites das terras indígenas. A União tem prazo de 120 dias para implementar as determinações da justiça.



Pescadores, indígenas e trabalhadores rurais integram novo comitê gestor do Água para Todos em Alagoas

SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 24.05.2014

O município de Porto Real do Colégio – localizado às margens da porção alagoana do rio São Francisco – é o mais novo a formar um comitê gestor municipal do programa Água para Todos. Este é o vigésimo segundo comitê constituído em Alagoas para apoiar e acompanhar as ações do programa, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e executado localmente pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Os comitês gestores municipais garantem a participação de organizações da sociedade civil e do poder público na execução das ações de segurança hídrica do Água para Todos, um dos eixos do Plano Brasil Sem Miséria. As organizações representam comunidades quilombolas, aldeias indígenas, trabalhadores rurais, congregações religiosas, agricultores familiares, entre outros grupos, que participam de decisões voltadas para a universalização do acesso a água em suas regiões.

“Apesar de estarmos às margens do rio São Francisco, nossa população sofre com a dificuldade de acesso a água para consumo humano, pois Porto Real do Colégio é um município extenso. Povoados como Jila, Pau de Vassoura, Ribeirinha, Angico e Curral de Dentro são os mais afetados por essa dificuldade”, assinala o prefeito, Sérgio Reis. De acordo com ele, a prefeitura dá apoio aos povoados levando água às famílias com carros-pipa.

A execução do programa Água para Todos em Porto Real do Colégio terá a participação ativa da aldeia indígena Kariri Xocó, que será representada por Carlos Suiira, filho do pajé Júlio Queiroz Suiira. “A participação da aldeia no comitê é muito importante para nós, pois temos uma carência muito grande de acesso a água. Temos cerca de 600 famílias dentro dos critérios do programa”, afirma.

O comitê é formado por onze membros, que representam a aldeia indígena Kariri Xocó, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Real do Colégio, a Colônia de Pescadores Z-35 e a Secretaria Municipal de Educação, dentre outras organizações. O comitê será coordenado pela representante da Secretaria Municipal de Educação, Dênia Santos Francisco. O município de Porto Real do Colégio será contemplado com 1.128 cisternas.

Os membros do comitê passaram por um processo de capacitação para conhecerem suas atribuições e se familiarizarem com o funcionamento do programa. Entre as atribuições do grupo está a de auxiliar a Codevasf no trabalho de identificação de famílias e comunidades rurais do município que possuem deficiência de acesso a água para consumo humano.

Teotônio Vilela

CONT.



Outro comitê gestor do Água para Todos organizado recentemente pela Codevasf em Alagoas foi o do município de Teotônio Vilela, em 21 de maio. O comitê possui onze membros, que representam organizações como a Associação da Comunidade de Remanescentes Quilombolas Birros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teotônio Vilela, a Igreja Batista e a Secretaria Municipal de Direitos da Mulher e do Idoso.

O grupo será coordenado por Elza Ramos, representante da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico e integrante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Coruripe. O município será contemplado com 217 cisternas do Água para Todos. Cada um desses reservatórios pode armazenar até 16 mil litros de água.

Aleas dos Santos foi eleita para representar a comunidade quilombola Birros no comitê. De acordo com ela, a chegada do programa no município significa uma esperança para a comunidade, que sofre com a irregularidade no abastecimento de água. "No período do inverno, quando não há queimada de cana na região, a água chega. Mas quando chega a época de queimada, a água que chega não enche nem um litro. Chegamos a vários dias sem abastecimento de água", relata. "Nós tentamos economizar o uso da água o máximo possível. Sempre que tem água, nós enchemos as caixas e procuramos não desperdiçar", diz.

Junqueiro

No município de Junqueiro, o comitê gestor do Água para Todos foi formado no dia 16 de maio. Os membros do grupo representam instituições como as associações dos povoados Retiro Velho, Massaranduba, São Benedito e Riachão, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Junqueiro e a Secretaria Municipal de Agricultura. O comitê será coordenado pelo secretário municipal de agricultura, João Bosco de Jesus, que auxiliará na implantação das 970 cisternas reservadas para o município.

Na avaliação do coordenador-regional do Água para Todos pela Codevasf em Alagoas, Eduardo Motta, a união entre organizações da sociedade civil e instituições do poder público na execução de políticas públicas permite que os beneficiários sejam sujeitos das ações.

O Água para Todos tem se destacado pela inovação tecnológica, pela rapidez e pela qualidade de suas ações, mas destaca-se principalmente pelo alicerce social, com a participação de organizações da sociedade civil e das prefeituras municipais, que integram os comitês gestores municipais e as comissões comunitárias do programa. Juntas, essas instituições dão respaldo e credibilidade ao Água para Todos, que é executado de forma justa e participativa", afirma Motta.

Desde 2012 a Codevasf trabalha na implantação de cisternas de abastecimento consumo humano em municípios de sua área de atuação em Alagoas com o objetivo de universalizar o acesso a água. Até o momento foram instaladas 14.479 cisternas em 11 municípios do estado. A meta da Codevasf é implantar até o final de 2014 cerca de 30 mil cisternas em 27 municípios alagoanos.



As políticas para os quilombolas existem no papel, mas colocá-las em prática é ainda um grande desafio.

SÍTIO COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO , 24.05.2014

Evento promovido pela Comissão Pró-Índio debateu a questão.

Nos dias 20 a 22 de maio, quilombolas do Pará e Maranhão reunidos em Belém trocaram experiências sobre como acessar as diversas políticas e programas de inclusão produtiva dirigidas aos quilombolas.

"A maior dificuldade de acesso a esses programas é a falta de informação. As comunidades não têm telefone, não têm internet, como ela vai saber sobre os programas?" avalia Hilário do Quilombo Caldeirão (Município de Salvaterra (Pará)).

Opinião semelhante tem Jocileia do Quilombo Genipaua (Município de Abaetetuba, Pará): "A informação é o maior problema para acessar esses programas. Mesmo que já conheçamos os programas, não sabemos como acessá-los. Mesmo as prefeituras não estão preparadas para os programas, você chega lá e não conhecem, ou mesmo não querem conhecer".

A oficina organizada pela Comissão Pró-Índio no âmbito do Programa Quilombos dos Parceiros de ICCO possibilitou a lideranças de diferentes municípios do Pará e Maranhão obterem maiores informações sobre os diversos programas de inclusão produtiva e proporcionou um momento de troca de experiências.

Os quilombolas de Santarém relataram a experiência de comercialização no programa PAA - Programa de Aquisição de Alimentos: "Só no ano passado conseguimos incluir 50 quilombolas no PAA. Tivemos problemas, mas está sendo uma boa geração de renda, já dá para perceber uma melhora", Franciney, presidente da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém.

Foram relatadas também as experiências dos quilombolas de Oriximiná que por meio da Cooperativa do Quilombo - CEQMO atuaram junto à Prefeitura para que a merenda escolar incluísse os alimentos da produção quilombolas. E os quilombolas de Óbidos informaram sobre a iniciativa de elaborar o CAR - Cadastro Ambiental Rural de suas terras coletivas.

"Essa oficina é tão rica em conhecimento que você descobre coisas que você não sabia, o CAR, o PAA, o PNAE, o Luz para todos. É uma oportunidade muito grande para te motivar a fazer, e o processo de compartilhar é muito importante, percebi que teve muitos que saíram com uma vontade imensa de acessar os programas. Eu mesmo troquei meu telefone com algumas lideranças para podermos continuar essa troca de experiências" Hilário, Quilombo Caldeirão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 91 / 2013

Brasília, 26 de maio de 2014.

Os depoimentos juntamente com o mapeamento de políticas públicas de inclusão produtiva para quilombolas - realizado pela Comissão Pró-Índio entre fevereiro e abril desse ano - constarão de publicação a ser lançada no segundo semestre de 2014.

Oficina: Políticas de Desenvolvimento e Inclusão produtiva para Quilombolas - construindo estratégias conjuntas de incidência

Belém, 20 a 22 de maio de 2014

Promoção: Comissão Pró-Índio de São Paulo

Apoio: ICCO



Fiscalização fecha serrarias que extraíam madeira ilegal em Grajaú

SÍTIO G1, 25.05.2014

*Principais áreas fiscalizadas ficam no entorno das áreas de reserva indígena.
Uma das serrarias fechadas foi multada em 50 mil reais.*

Equipe da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) fiscaliza serrarias na área do entorno da Reserva Indígena Araribóia, em Grajaú, em uma região com 413 mil hectares de mata amazônica, no sudoeste do estado. Quem é fiscalizado e não comprovar a origem da madeira terá que pagar uma multa, além de ter todo material apreendido.

O município de Grajaú, a 542 km da capital, está entre os municípios que mais desmatam no país, já devastando 18% de suas florestas. Na cidade, a fiscalização achou o pátio de uma serraria cheio de árvores em toras. A empresa, segundo os fiscais, não comprovou a origem legal da madeira, nem mostrou o inventário do estoque e, por isso, foi multada em 50 mil reais.

Junto com os agentes ambientais estavam o Corpo de Bombeiros e o Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar (GOE/PM) para fazer a escolta dos fiscais durante a inspeção nas madeiras. "O fato de movimentar uma quantidade muito grande de dinheiro e nem toda madeira ser legalizada, cria-se um risco maior", explica o capitão Fabiano Lobato.

Na primeira semana de operações os fiscais encontraram estoques irregulares de madeiras em cinco serrarias e em 25 movelarias, onde todas foram autuadas. "A gente faz as penas administrativas: multas, embargos, notificações. Todas esses autos são encaminhadas ao Ministério Público e às delegacias. Lá são encaminhados os procedimentos penais necessários", explica a Superintendente de Fiscalização da SEMA, Naiara Valli.



Porto do Açu, o lugar em que quase tudo é “quase”
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.05.2014

Por Marcos Pedlowski

Tem gente que acha que eu implico com o Porto do Açu, mas a verdade é que não me opus ao empreendimento, apenas à forma adotada por Eike Batista e pela CODIN para instalá-lo no V Distrito de São João da Barra. É que na forma adotada, centenas de famílias de trabalhadores rurais tiveram suas terras subtraídas e muitas ainda esperam o pagamento dos valores miseráveis que o (des) governo de Sérgio Cabral/Pezão decidiu que elas valiam.

Agora uma matéria do Jornal Folha da Manhã me fez aumentar a minha impressão pessoal de que nem os novos donos estadunidenses estão conseguindo dar forma a um empreendimento que Eike Batista lhes entregou totalmente torto. Começando pela manchete e indo pela matéria adentro, o que se vê são repetições de promessas antigas e indicações de novas direções para ver se o Porto do Açu não afunda.

À primeira vista, a mudança de vocação apontada na manchete não seria um problema, mas dado o tamanho inicial do projeto e tudo o que prometia em sua retroárea, o que se subentende é que o empreendimento realmente vai encolher brutalmente, já que a área de petróleo a que a matéria se refere provavelmente não se coloca no filé mignon do refino. Mas afora a informação de que os terminais continuam inconclusos e que a linha de transmissão de energia só deverá ficar pronta no final de 2016 indica que os custos da Prumo continuarão sendo muito altos para tocar o pouco que foi instalado. Este fato deve, ou pelo menos deveria, estar ligando os sinais de alerta na sede do Grupo EIG em Washington DC, visto que a Prumo acumulou só em 2013 prejuízos na ordem de US\$ 60 milhões.

Mas um dado precioso e que merece atenção é a informação inserida na matéria é que dos 7.000 hectares desapropriados pela CODIN para beneficiar o Grupo EBX, apenas 1.000 estariam tendo algum uso até o momento. O fato é que este dado não me parece real, e o mapa abaixo pode ajudar aos leitores a entenderem o porquê do meu ceticismo.

mapa porto do açu

É que em minha andanças na região do Açu, apenas verifiquei o uso de parte da área que está no interior do círculo vermelho, próximo da área oceânica. Já para o resto da área desapropriada, não há efetivamente nada feito, ficando a região ocupada apenas por torres de transmissão de energia, as quais se encontram como aponta a matéria da Folha da Manhã, sem os cabos! Em outras palavras, toda essa terra desapropriada se encontra literalmente improdutiva! E como as empresas anunciadas na matéria são velhas promessas, questiono se sua instalação (seja lá quando isso for acontecer) vá mudar o cenário de terra improdutiva que o Porto do Açu gerou no V Distrito de São João da Barra.

CONT.



Para piorar o cenário do “quase” no Porto do Açu, outra matéria que eu encontrei hoje, só que no Jornal O Globo, onde o tema é a escolha preferencial de grandes mineradoras como a Rio Tinto e a BHP Hilliton pelas grandes jazidas de minério de ferro existentes na Austrália para abastecer o mercado chinês.

capa-china

É que enquanto a viagem do Brasil (do Porto do Açu incluso) leva em torno de 45 dias, o percurso da Austrália é de apenas 15 dias. Dai não é preciso ser grande analista de mercado para estimar que a concorrência com o ferro australiano se tornará praticamente inviável, o que deverá repercutir diretamente no projeto da Anglo American em Conceição de Mato Dentro que, por sua vez, ainda é um dos alicerces reais do Porto do Açu. Em outras palavras, a mudança de vocação é fruto de realidades que extrapolam o contexto imediato de São João da Barra. Resta saber se a Prumo vai conseguir operar essa mudança ou vai ficar no “quase”.

Enquanto isso, no que realmente me interessa, as centenas de famílias que foram desapropriadas estão privadas desse meio de sobrevivência e nós todos dos alimentos que eles produziam. E esse é a única coisa que não é “quase” no Porto do Açu.

[Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira]



Cinco ideias equivocadas sobre os índios, por José Ribamar Bessa Freire [Essencial!]
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.05.2014

Como é impossível postar aqui o texto inteiro, porque ele só está disponível em pdf, brechtianamente socializo a maravilhosa conclusão, esperando que ela incentive à ida até o Taqui Pra Ti e à leitura do artigo inteiro. E agradeço a Stéphen Bry pelo envio. (Tania Pacheco)

“Vou concluir lembrando um fato real que me foi contado pelo escritor português Antônio Alçada. Ele estava fazendo turismo na Grécia com um grupo de amigos portugueses, lá numa daquelas ilhas gregas. Estava em pé, parado, conversando com esses amigos, quando passou um grupo de turistas japoneses, carregados de máquinas fotográficas. Até aí nada demais, porque tem turista japonês em qualquer biboca do mundo. Enquanto os turistas japoneses prosseguiram seu caminho, um deles parou diante do grupo lusitano, ficou olhando e ouvindo os portugueses por alguns minutos, depois se aproximou e perguntou num perfeito português com sotaque paulista: “Desculpa. Eu sou brasileiro. Vocês são portugueses?” O Antônio Alçada respondeu: “Somos”. O “japonesinho” de São Paulo, então, deu um longo e estridente assobio para o grupo dele que havia se distanciado. Todo mundo virou a cabeça para trás e ele gritou: “Ei, pessoal! Venham aqui que eu encontrei um grupo dos nossos antepassados”. O escritor português contou que sentiu uma sensação estranha e pensou: “Eu? Antepassado desses japoneses? Como? Se os pais deles deviam estar numa ilha, lá no Japão, na geração anterior, e não têm nada que ver comigo”.

Acontece que tem, porque nesse caso o imigrante que chega aqui no Brasil acabou assumindo a cultura e a história do país, embora muitos deles mantenham suas ‘pátrias chicas’. Desta forma, assumiu um passado que não é dele individualmente, nem de sua família, mas é coletivo, da nação, do povo ao qual ele agora pertence, mesmo mantendo algumas das particularidades da cultura de origem. Nesse sentido, é claro que o imigrante, muitas vezes bilíngüe, que fala a língua de seus pais, mas aprendeu o português e se tornou brasileiro, pode ver num português o seu antepassado histórico. A questão que se coloca é se esse mesmo “japonesinho de São Paulo” teria a mesma reação diante de um grupo de índios ou de negros. Ele costuma reivindicar apenas a matriz européia, que nos deu a língua que falamos e que marcou inapelavelmente nossa cultura, e da qual temos motivos para nos orgulhar. No entanto, seria recomendável que ele conhecesse e tivesse orgulho da contribuição dos povos indígenas e das diferentes culturas africanas que também e tão bem marcaram a nossa forma de ser. Mas ele está marcado pelo discurso dominante, ignorante e boçal, como o de Paulo de Frontin, que se envergonha dessas matrizes e pretende eliminá-las. O que deve ser eliminado é esse tipo de discurso.

Esses não são os únicos equívocos que cometemos em relação aos índios e a nós mesmos, mas talvez sejam aqueles que mereçam urgentemente ser discutidos”.



MPF pede alteração do traçado da BR 158 no trecho que corta a área indígena Marãiwatsédé

SÍTIO REPÓRTER DO ARAGUAIA, 25.05.2014

A portaria 005 de 6 de maio de 2014 do Ministério Público Federal resolve converter o Processo Administrativo nº 1.20.000.000750/2012-85 em Inquérito Civil Público com o seguinte objeto: “acompanhamento da mudança de traçado da BR 158 no trecho que atravessa a TI Marãiwatsédé para que abranja os Municípios de Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Alto Boa Vista”

Para os Xavante de Marãiwatsédé, a luta pela transferência da BR 158 é imediata. O trânsito dos não índios deliberado pela BR é um dos motivos das reinvasões e dos focos de incêndios constantes no território indígena de Marãiwatsédé.

Marãiwatsédé é um território indígena Xavante, que está localizado na região nordeste de Mato Grosso há 965 km de Cuiabá. Os A'uwẽ Uptabi — povo verdadeiro, como os Xavante se autodenominam — lutaram por mais de quarenta anos pelo direito de voltar para sua terra ancestral, Marãiwatsédé.

E este retorno se deu, não de modo pacífico, mas a partir de uma operação de retomada e devolução da área de 165 mil hectares para o povo Xavante, determinada pelo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2012.

A operação de Desintrusão durou cerca de cinco meses, quando em 5 de abril de 2013, no município de São Félix do Araguaia – MT, foi entregue uma carta à comunidade de Marãiwatsédé, em que o governo afirmou o direito e a posse plena da terra pelo povo Xavante.

Desde então, a bandeira levantada pelos Xavante de Marãiwatsédé tem sido a reconstrução do seu território tradicional e a mudança no trajeto da BR 158. Eles desejam ver a mata crescer para proteger o povo verdadeiro. O Cacique Damião Paridzané frisa a importância do reflorestamento para o dia-a-dia do seu povo “quando o pessoal vai caçar ou pra procurar outra coisa, imbira, se tiver fruta, já tem fruta. Descansar já tem sombra. Tem que pensar no futuro (risos)”.



Indígenas de Mato Grosso ganham casas de saúde

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 26.05.2014

Unidades são fundamentais para apoio dos indígenas que precisam se deslocar às cidades em busca de tratamento específico

Mais de 25 mil indígenas de 361 aldeias do estado do Mato Grosso, além de outras etnias, serão beneficiados com mais duas casas de apoio para tratamento de pacientes. O secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves, participa, nesta sexta-feira (23) e sábado (24), da inauguração da Casa de Saúde Indígena de Campinápolis (Casai) e das novas instalações da Casai de Barra do Garças. Os dois municípios pertencem ao Dsei-Xavante.

As Casais funcionam como um serviço de apoio aos pacientes encaminhados à rede do Sistema Único de Saúde (SUS) para tratamento. Nestes locais, são oferecidos alojamento e alimentação aos pacientes e acompanhantes, além de assistência de enfermagem durante o dia e a noite. Os agentes de saúde que trabalham nas Casais são responsáveis por marcar e acompanhar os indígenas em consultas, exames complementares ou internação hospitalar.

O secretário Antonio Alves destaca a importância das unidades para o acolhimento dos pacientes. "As Casais são fundamentais para o apoio dos indígenas que precisam se deslocar às cidades em busca de tratamento específico em hospitais. Nelas, tanto o paciente quanto o acompanhante têm onde dormir, o que comer, e recebem todos os cuidados necessários para uma boa estadia", ressaltou o secretário.

Investimento

Para a construção da Casai de Campinápolis, o Ministério da Saúde investiu cerca de R\$ 2,2 milhões. A unidade conta com quatro enfermeiros, oito técnicos de enfermagem, um nutricionista, um assistente social e um farmacêutico. Na Casai, os indígenas contam também com refeitório, cozinha, lavanderia, alojamento e quiosque para lazer.

Nas novas instalações da Casai de Barra do Garças, o Ministério da Saúde investiu R\$ 298 mil. Os indígenas terão o apoio de um médico, oito enfermeiros, nove técnicos de enfermagem, um nutricionista, dois assistentes sociais e um farmacêutico.

Sesai

A Secretaria Especial de Saúde Indígena é a área do Ministério da Saúde criada para coordenar e executar a gestão da Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS em todo o País. A Sesai tem como missão principal a gestão da saúde desta população.

Em todo o Brasil, cerca de 640 mil indígenas, habitantes de aldeias em terras demarcadas,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 91 / 2013

Brasília, 26 de maio de 2014.

recebem os cuidados da atenção básica do Ministério da Saúde, por meio da Sesai. Mais de 15 mil profissionais compõem as equipes multidisciplinares de saúde indígena que visitam, periodicamente, aldeias em todo o Brasil. Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogos, psicólogos, nutricionistas, agentes de saúde e agentes indígenas de saneamento são responsáveis pelo atendimento a estas populações.



Ribeirinhos do Pantanal terão oficinas de artesanato em aguapé

SÍTIO MIDIAMAX, 25.05.2014

FCMS / MS

Com apoio da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, será realizado de 27 a 29 de maio a oficina de artesanato com fibra de aguapé, com moradores da comunidade ribeirinha de Porto da Manga, no município de Corumbá (MS). O curso é de graça e destinado a jovens de 18 a 29 anos.

Com a oficina, os ribeirinhos terão a oportunidade de aprender a arte de confeccionar artesanato com fibra de aguapé, conhecido também como camalote. A oficina será ministrada pela artesã Catarina Guató, uma das poucas remanescentes e difusoras deste saber secular da etnia.

A realização é da Funarte e do Ministério da Cultura, por meio do programa Mais Cultura: Microprojetos Pantanal. Tem apoio da organização não-governamental Ecoa, da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura Municipal de Corumbá, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, Fundação de Cultura de Corumbá e a Fundação de Turismo do Pantanal.

Catarina vai repassar o modo de saber-fazer do artesanato guató, que consiste na coleta da fibra de aguapé no rio Paraguai, manuseio, preparo e secagem da fibra, confecção e acabamento de trançados que serão utilizados na criação de cestarias, chapéus, tapetes, chaveiros, abanicos, suplats, fruteiras, entre outros objetos utilitários e decorativos.

O objetivo é que jovens e adultos aprendam a técnica e passem a produzir e comercializar o artesanato em aguapé para turistas, de forma a aprenderem um ofício alternativo aos poucos existentes nas comunidades onde vivem e obtenham renda complementar a de suas famílias, diante das adversidades socioeconômicas da região.

O aguapé é uma planta aquática abundante do Pantanal. Seus emaranhados formam os chamados "camalotes", que flutuam nas águas servindo de abrigo e alimento para variadas espécies.

A centenária comunidade de Porto da Manga abriga cerca de 40 famílias e localiza-se às margens do rio Paraguai, com acesso pela Estrada Parque do Pantanal. Seus moradores trabalham no turismo de pesca, atuando na coleta e comércio de iscas vivas, assim como piloteiros, guias de pesca e pescadores profissionais. O distrito tem relevância histórica, pois ali o Marechal Cândido Mariano Rondon construiu um posto de telegrafia em palafita que resiste até hoje e é mantido pela Prefeitura de Corumbá.

Outra oficina está programada para ser realizada na comunidade da Barra do São Lourenço, no
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 91 / 2013

Brasília, 26 de maio de 2014.

mês de junho, mas devido à cheia do rio Paraguai, ainda não há previsão de realização.

Catarina Guató

Catarina nasceu e foi criada na Ilha Ínsua, terra indígena Guató, na fronteira entre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bolívia, em pleno Pantanal. Já adulta mudou-se para a cidade de Corumbá onde, por indicação da amiga Josefina (em memória), deu sequência à arte que estava sendo gradativamente apagada da memória cultural brasileira.

“Desde quando Josefina partiu, em 2013, percebi a necessidade de ensinar aos mais jovens e aos demais interessados a produzir o nosso artesanato típico do Pantanal, que é 100% sustentável.”, revela Catarina. Mais informações podem ser obtidas pelo fone (67) 9698-6764.



Memória e mobilização indígena, por Egon Heck
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.05.2014

Por Egon Heck

Mobilizar a memória perigosa. Lutar sabia e tenazmente contra todas as tentativas de suprimir direitos constitucionais. Dizer um enfático basta às violências e violações dos direitos dos povos indígenas e outras populações oprimidas.

Nesse contexto realizou-se em Brasília a reunião da Comissão Indígena da Verdade e Justiça. Esse é um dos espaços de luta do movimento indígena e aliados para fazer frente à avalanche de iniciativas que visam retirar direitos constitucionais e consuetudinários desses povos, articulados pelas ruralistas e o agronegócio com a complacência e anuência tácita do governo.

O objetivo maior da Comissão Indígena é que se faça justiça através da reparação coletiva e individual pelos crimes perpetrados contra os povos indígenas com a participação direta de entes do Estado ou pela omissão do mesmo. O Ministério Público Federal, que participou da reunião, constituiu um grupo de trabalho que já está trabalhando em alguns casos.

Hoje como ontem

Também foi insistido na importância de se reescrever a história desse país com os povos nativos para que aflore a verdade desses 500 anos de invasão, em que em cada século se exterminou mais de um milhão de indígenas, conforme afirmação de Orlando Vilas Boas. Essa história não pode continuar sendo jogada embaixo do tapete. A memória militante e permanente contada por cada ancião dará visibilidade a essa resistência combativa e insurgente dos povos massacrados, porém não vencidos.

Há poucos dias o governo brasileiro foi denunciado na Organização das Nações Unidas – ONU pela violação dos direitos dos povos indígenas, pela repressão e prisões arbitrárias, pela paralisação da demarcação das terras indígenas, que estão na origem de situações clamorosas como o suicídio de 73 Kaiowá Guarani no Mato Grosso do Sul, em 2013. Situação semelhante às denúncias feitas por Lindomar Terena, ocorreu em 1980, quando Daniel Pareci denunciou na Assembleia Geral do Conselho Mundial dos povos indígenas – CMPI, as arbitrariedades e violências contra os povos indígenas praticadas pelos governos da ditadura militar. Nesta ocasião foi aprovada resolução de encaminhar essas denúncias à ONU e ao Vaticano. Neste mesmo ano Juruna foi impedido de ir ao Tribunal Russel, na Holanda, onde foram analisadas as violações dos direitos dos povos indígenas nas Américas. Só após intensa batalha judicial ele conseguiu viajar, presidindo o último dia dos trabalhos. O Brasil foi condenado por violação dos direitos indígenas e genocídio. Do tribunal também participaram Darcy Ribeiro, Alvaro Tucano, Dom Tomás Balduino, Marcio Souza e Egydio Schwade. Os governantes de então temiam que as denúncias graves maculassem a imagem do país.

Mobilizando a luta e a esperança

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 91 / 2013

Brasília, 26 de maio de 2014.

Inicia nesta segunda feira mais uma semana de mobilização nacional dos povos indígenas, promovida anualmente pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, com apoio dos aliados da causa.. A pauta principal é a garantia das terras e territórios indígenas, que estão sob intensa pressão por parte do Estado brasileiro, especialmente o poder Legislativo, através da bancada ruralista e o agronegócio. Estão em curso inúmeras iniciativas para suprimir direitos indígenas da Constituição. As mineradoras também voltaram com sua artilharia e máquinas pesadas, postadas diante das terras indígenas.

Gol da terra

A Copa do Mundo está à porta. O governo propala e se ufana de que entregou ingressos a alguns indígenas. A mobilização indígena está interessada em saber quando vão ser demarcadas as terras indígenas e reparados os danos ambientais e massacres cometidos contra esses povos.

A mãe terra clama pelos seus primeiros habitantes, juntando-se a eles

Nesta semana de mobilização pela vida e os direitos dos povos originários.

Só haverá gol com a demarcação e garantia das terras, respeito à natureza e justiça. Estamos todos convocados parra essa mobilização

Egon Heck

Cimi – Secretariado nacional

Brasília, 26 de maio 2014



Mais saúde e educação aos ribeirinhos

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 26.05.2014

Mais uma vez os ribeirinhos da Comunidade Olaria, em Barcarena (PA), acordaram bem cedo para receber os alunos do projeto "Esse rio é minha rua", do Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ) do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa). Em parceria com a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), os acadêmicos do Cesupa fizeram atendimentos e orientações sobre avaliação nutricional, recomendações nutricionais, antropometria (peso, altura e IMC), dicas de como se alimentar de forma correta, análise de exames que foram realizados na última visita do projeto à comunidade, escovódromo, aplicação de flúor, extração de dentes, exercícios de Fisioterapia, Fisioterapia ginecológica, medição de pressão, distribuição de medicamentos e auxiliaram os pacientes sobre a melhor forma de se alimentar para evitar doenças. De acordo com os coordenadores do projeto, 180 pessoas foram atendidas.

Era visível no rosto dos moradores da comunidade a felicidade em ver o barco hospital da SBB chegando. "Esse é um sonho mais lindo que eu poderia realizar e ver antes de morrer. Dentro de Barcarena nós cansamos de sair de madrugada para tentar um atendimento nos hospitais do município, e às vezes nem conseguimos", disse emocionado, o morador Pedro Alcântara Farias, que reside na comunidade há 46 anos. Ao todo mais de 100 alunos, dos seis (6) cursos da área da saúde, acompanhados de quatro médicos, um cirurgião dentista, quatro fisioterapeutas egressos, participaram da ação juntamente com as professoras de Fisioterapia do Cesupa, Marineuza Jardim e Rita Cotta, além de dois nutricionistas egressos, que supervisionaram o trabalho dos acadêmicos.

"Nós precisamos desses atendimentos, somente vocês nos ajudam, não possuímos auxílio de ninguém, estamos esquecidos. Minha filha precisa extrair um dente e graças ao projeto, desta vez, ela conseguiu realizar o procedimento", desabafou Rodinéia Rodrigues, 24.

Segundo a professora de Fisioterapia do Cesupa, Marineuza Jardim, trabalhar com o projeto é uma sensação de realização profissional, porque dá oportunidade aos alunos de lidar com uma outra camada da população, a comunidade ribeirinha. "Queria ter na minha formação a possibilidade que eles estão tendo. Quando a gente trabalha no "Esse rio é minha rua", fazemos um trabalho amplo de promoção das três áreas da atenção, que seria a primária, secundária e terciária, prevenindo e reabilitando", ressaltou.

EXPECTATIVA

O atendimento médico foi o mais aguardado pelos moradores, onde os quatro médicos analisaram os casos, após verem os exames, e orientaram os pacientes em como diminuir o sal nas comidas, intensificar os exercícios físicos e equilibrar a ingestão de massas. O médico Bryan Malacarne, deu dicas para pacientes que apresentavam dores musculares. "Notei que muitas moradoras sentem dores nas costas, então, dei algumas dicas; dividir o trabalho em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 91 / 2013

Brasília, 26 de maio de 2014.

casa com outras pessoas, ou truques para não permanecer muito tempo agachada, desta forma com certeza as dores vão amenizar e desaparecer”, reiterou o médico. O projeto que existe há 10 anos, é formado por acadêmicos da área da saúde (Medicina, Fisioterapia, Odontologia, Enfermagem, Nutrição e Farmácia), e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável, além de promover palestras e atendimentos que ajudem na melhoria dos cuidados com a saúde daquele local e também aprimorar os procedimentos de extensão, por meio da experiência vivenciada, de forma a contribuir futuramente com outras comunidades. O projeto é coordenado atualmente pelos estudantes Jeffson Carvalho, do curso de Farmácia e Amanda Godinho, de Fisioterapia.

(Diário do Pará)



Grande Assembleia Aty Guasu repudia propostas anti-indígenas

SÍTIO CIMI, 26.05.2014

Nós liderança indígena, rezadores, professores, agentes de saúde, jovens, mulheres e alunos Kaiowá e Guarani, reunidos em assembleia, com aproximadamente 800 pessoas, entre os dias 21 a 25 de maio de 2014 no tekoha Yvy Katu (terra sagrada) contamos com a presença dos Povos do Pantanal: Kadiwéu, Kinikinawa e Terena onde discutimos território, segurança, saúde e educação no estado de Mato Grosso do Sul para mostrar ao governo a indignação produzida pela longa demora do processo demarcatório dos territórios tradicionais e as consequências deste. Dentre as discussões destacamos:

Nós Jovens

Relatamos a urgência em voltar para nossos territórios, pois dentro das grandes reservas não é o espaço em que nossos antepassados viveram. Também por não haver espaço suficiente para desenvolver nossa cultura. Nas reservas não temos mais como caçar e pescar, não se tem mais mata, e isso facilita a entrada de drogas, bebidas alcoólicas e a violência, por isso, voltaremos ao território onde temos nossa origem.

Nas áreas de retomada, nós jovens, estamos reencontrando nossa paz na caça, na pesca, voltamos a ter nossa organização própria e gestão territorial Kaiowá e Guarani.

Nós Mulheres

Relatamos as dificuldades encontradas nas comunidades, constatamos que todos esses problemas: educação, saúde, alimentação e uma vida mais digna, vêm da falta de demarcação dos nossos Tekoha, pois sem ela, não podemos ter os alimentos tradicionais, e o espírito não fica tranquilo.

Nós Lideranças

Relatamos que nas áreas em que estamos na posse de parcela do nosso Tekoha não temos como produzir alimentos suficientes para o povo, porque a terra esta degradada, e não tem projeto de recuperação ambiental.

Nós Rezadores e Rezadoras

Relatamos que uma vida digna para o nosso povo está no espaço territorial em que se encontram nossos antepassados, e que Tupã consagrou ao povo que ali habita. Sem esse

CONT.



espaço sagrado não há a presença dos espíritos, e sem os espíritos não há tranquilidade para aquele povo que foi retirado da sua terra sagrada e concedida por Tupã. Por este motivo, cresce a violência nas reservas.

Contudo, o povo Guarani e Kaiowá reunidos na Aty Guasu, busca resposta do governo brasileiro referente aos direitos fundamentais dos povos indígenas, o território, a saúde, a educação e a segurança.

“Podem até matar as nossas lideranças, mas jamais impedirão de voltarmos ao nosso Tekohá”

Território

Não permitiremos que as comunidades em iminência de despejo sejam desalojadas. Entre elas: Apykaí, Pacurity, Guaiviry, Pyelito Kue, Passo Piraju, Laranjeira Nhanderu, Boqueron, Kurusu Ambá, Ipoi, Nhu Porã, Nhu Verá, Arroio Corá, Sombrerito, Ivy Katu, Itay, Guyra kambiy, Pindoroky, Taquara ,Nhanderu Marangatu do povo Guarani/Kaiowá, ou de qualquer outro povo do Estado, se sentirmos que isso acontecerá, avançaremos mais ainda.

EXIGIMOS:

Continuidade dos Grupos de Trabalho de identificação e delimitação dos Tekoha;

Publicação dos estudos de identificação e delimitação realizados;

Publicação das portarias declaratórias que estão paralisadas;

Demarcação física dos territórios que estão nesta fase;

Homologação dos tekoha que estão pendentes;

Dentro disso, estabelecemos o prazo de 30 dias para o cumprimento do mesmo, este prazo se iniciou no dia 22 de maio do corrente ano, com a presença da coordenadora de Planejamento e Identificação e Delimitação, Ester de Souza Oliveira.

Segurança

Constatamos que as operações de segurança nas comunidades não estão cumprindo o papel esperado, e muitas vezes não prestam a devida segurança e respeito às comunidades.

EXIGIMOS:

Que seja mantida a segurança nas áreas de retomada, e que esta segurança seja permanente
CONT.



a fim de evitar conflitos com pistoleiros ou segurança privada;

Educação

Exigimos:

Continuidade do curso Ara Verá (espaço de tempo iluminado) para formação dos professores indígenas do Cone Sul do Estado, sendo a direção desse curso assumida por indígenas graduados e capacitados que temos;

Educação indígena diferenciada e autônoma de acordo com a universalidade da cultura, valorizando nosso conhecimento e nossos valores, tão importantes para a nossa existência;

Construção de escolas nas áreas de retomadas, pois é direito fundamental;

Contratação de professores indígenas;

Mestrado diferenciado através da UFGD.

Saúde

A Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá referenda o nome de Hilario da Silva, indígena Kadiwéu, indicado a ocupar o cargo de coordenador regional da SESAI em MS; e

Constatamos que existem muitos profissionais de saúde indígena capacitados, porém não estão sendo contratados como é determinado à SESAI.

EXIGIMOS:

Construção de postos de saúde nas áreas de retomada, pois é direito fundamental;

Contratação os profissionais indígenas por meio de concurso diferenciado;

Reconhecimento dos motoristas, como equipe de saúde, parte integrante da equipe profissional da SESAI;

Que seja fiscalizado a empresa terceirizada dos serviços de saúde, e que se faça a devida prestação de contas aos povos atendidos;

Apoiamos a tramitação e aprovação da PEC 320/ 2013.

Por fim, reiteramos que não iremos mais participar/legitimar a "mesa de diálogo" feita pelo governo, não vamos negociar nossos direitos, legítima e arduamente conquistados. Por isso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 91 / 2013

Brasília, 26 de maio de 2014.

repudiamos todas as medidas promovidas pelos ruralistas e seus parlamentares, especificamente: PEC 215, PEC 38, PEC 237, Portaria 303, PLP 227, minuta do Ministério da Justiça que visa alterar o Dec. Lei 1.775, ou qualquer outra iniciativa que busca desconstruir nossos direitos.

Aty Guasu, Ivy Katu, município de Japorã/MS, 25 de maio de 2014.

Guarani e Kaiowá

Terena

Kadiwéu

Kinikinawa



Pronunciamento Kaingang de Kandóia-Votouro

SÍTIO CIMI, 26.05.2014

Nós, da comunidade Kaingang de Kandóia-Votouro, queremos esclarecer o que vem ocorrendo na nossa região, pois os meios de comunicação publicam de maneira distorcida. Na nossa comunidade moram 70 famílias, o que dá quase 220 pessoas. Vivemos há 13 anos nesse acampamento, no território onde moraram nossos antepassados, há mais de 500 anos. Estamos a espera da demarcação de apenas uma pequena parte desse extenso território.

Neste momento, estamos aguardando a assinatura do ministro José Eduardo Cardozo para dar continuidade ao processo de levantamento fundiário para indenização dos agricultores situados nessa zona. Em uma reunião em Brasília no dia 18 de março de 2014, o ministro se comprometeu em vir ao estado do Rio Grande do Sul para realizar uma audiência pública com indígenas e agricultores no dia 05 de abril. No entanto, ele transferiu essa audiência para o dia 12 de abril e, em seguida, para o dia 25 de Abril, que também foi cancelada. Frente a esse desrespeito, nos mobilizamos para fechar a estrada e exigir nossos direitos.

No dia 09 de maio deste mesmo ano, foi convocada uma reunião de conciliação no Centro Cultural de Faxinalzinho, com o prefeito do município, o secretário de Desenvolvimento Rural do RS, representante da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre outros. Pensamos que era uma reunião para solucionar o conflito, mas levamos uma facada pelas costas. A Polícia Federal chegou já no início da reunião e prendeu sete lideranças Kaingang que estavam presentes, sem qualquer mandado, ordem judicial ou intimação.

As crianças ficaram muito nervosas e começaram a chorar, o que foi imediatamente reprimido pelos policiais, inclusive com o apontamento de uma arma na direção de uma criança de dois anos, mandando-a se calar. No momento da prisão, começamos a falar na nossa língua e os policiais disseram que não poderíamos fazer isso: "parem de falar Guarani", disseram. Nem sabiam que língua estávamos falando. Eles deveriam estudar a nossa língua, já que nós estudamos a sua. Os policiais riram da nossa cara e disseram que era nosso presente do dia das mães.

Sentimos que eles estavam para tudo naquele dia, tinham aquela sede. Se os índios fizessem alguma coisa, a polícia mataria todos nós e faria uma festa.

Quando as lideranças foram presas, ficaram algemadas por três horas, de pé, sem água, nem banheiro ou comida. Não permitiram que se comunicassem com ninguém. Até agora, só sabemos sobre eles através do advogado, o que nos preocupa muito.

Depois das prisões, passamos a ficar totalmente isolados e perseguidos pela Polícia Federal. Os homens não podem sair da aldeia – nem para trabalhar e nem mesmo para ir ao mercado -porque a polícia está parando e entrando nos ônibus e intimando as pessoas, criando medo.

CONT.



Esse abuso de autoridade por parte da polícia se repercutiu inclusive nas escolas. Na escola da Terra Indígena de Votouro/Benjamin Constant, os policiais entraram na sala de aula e bateram em um professor indígena na frente das crianças, para tirar informações sobre o ocorrido. Quando os indígenas pediram o mandato para fazer isso, os policiais disseram que não precisava de nada.

Caso que se repetiu também na escola, em Faxinalzinho, uma pessoa ofereceu R\$ 500 para que uma menina de treze anos desse informações.

A Polícia Federal também passou a fazer rondas em volta do nosso acampamento, e mesmo dentro dele, para intimidar-nos. Tivemos, assim, que cercar a aldeia e conversar com as crianças porque elas ficaram com muito medo: cada vez que veem uma pessoa branca, saem correndo.

Paralelamente à atuação da polícia, a mídia também passou a divulgar mentiras. Não invadimos a prefeitura de Faxinalzinho, como foi noticiado. E também não estávamos impedindo o prefeito de sair de sua casa. Eles dizem que estão isolados, mas tem trânsito livre. Isolados estamos nós aqui dentro. Essas distorções têm acirrado a tensão nas relações com os vizinhos. Antes coletávamos madeira para lenha e artesanato nas terras ocupadas pelos colonos, e não tinha problema. Agora, eles já não nos deixam mais. Eles expulsaram as crianças que foram buscar lenha.

Estão nos discriminando até publicamente, falando que somos vagabundos, selvagens e “que índio não presta”. Assim, não estamos conseguindo nem produzir e nem vender o nosso artesanato na região.

Com esse clima de medo, até os agentes de saúde não estão querendo vir a aldeia. A enfermeira liga para a Secretaria, e eles não vêm. E como o nosso motorista está preso, ela mesma está tendo que levar os pacientes graves, deixando a aldeia sem enfermeira. Um de nós necessitava uma consulta médica e o motorista da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) mandou ele esperar no meio do mato, escondido, a 5km da aldeia. Considerando o risco de realizar esse trajeto, ele não foi. Se queremos ser atendidos, temos que caminhar mais de sete km.

Frente a tudo isso, decidimos que não iremos à reunião do dia 22 de maio em Brasília devido ao fato de que, por um lado, pode ser mais uma reunião traiçoeira como a de Faxinalzinho e, por outro lado, o poder público não precisa que nós estejamos em Brasília para assinar um papel.

Aproveitamos para reiterar nossas reivindicações: a demarcação imediata das terras indígenas de Kandóia/Votouro, Passo Grande da Forquilha, Rio dos Índios, e Irapuá. Exigimos a libertação imediata de nossas lideranças!

Comunidade Kandóia/Votouro



Grupo de índios tenta ocupar canteiro de obras de Belo Monte , diz CCBM

SÍTIO FOLHA DO BICO, 26.05.2014

Um grupo de cerca de 20 índios entrou no sítio Pimental na tarde desse domingo (25), de acordo com informações do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM). O grupo usou embarcações para chegar ao local, onde está localizado um dos principais canteiros de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Vitória do Xingu, sudoeste do Pará. Os índios deixaram o local após cerca de meia hora.

A ocupação faz parte dos protestos realizados por ribeirinhos e por representantes de cinco etnias indígenas desde a última quinta-feira (22) na região. Os manifestantes pedem agilidade na implantação do plano básico ambiental, uma das condicionantes da construção da usina. Também é reivindicada a construção de casas, postos de saúde e escolas nas aldeias, além da realocação de indígenas e ribeirinhos de comunidades afetadas pelas obras da usina.

As estradas de acesso aos canteiros de obras da usina seguem bloqueadas em dois pontos, onde os manifestantes impedem o acesso dos funcionários e permitem apenas a passagem dos demais veículos não relacionados às obras. Segundo o CCBM os operários que moram em Altamira – e representam 40% do total – não estão trabalhando porque não conseguem ter acesso aos canteiros de obra.

Para desobstruir as estradas, os manifestantes pedem a presença dos presidentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Norte Energia nas negociações. Na última sexta-feira (23) um ônibus foi incendiado durante os protestos.

Norte Energia nega descumprimento

De acordo com a Norte Energia, a empresa e a Funai assinaram na quarta-feira (21) o termo de compromisso do Projeto Básico Ambiental-Componente Indígena (PBA-CI), um dos condicionantes do licenciamento ambiental da hidrelétrica, expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O documento assegura a realização de ações firmadas pelo consórcio com a Funai e lideranças de 11 terras indígenas na região do Xingu, atendidas pelo PBA-CI.



Ministério Público acusa o Governo Federal de não querer indenizar agricultores expropriados pela Funai

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 26.05.2014

O Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul divulgou ontem em sua página um texto noticiando que o governo federal barrou uma ação do MPF que garantia a indenização a proprietários de terra cujas áreas foram demarcadas como indígenas pela Funai. A indenização tem sido apontada pelo próprio governo como solução do conflito fundiário entre a Funai e produtores rurais. O procurador da República Marco Antonio Delfino, um dos maiores causadores do conflito no Mato Grosso do Sul, acusa o governo de agir de forma contraditória.

A matéria do MPF-MS afirma que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) acatou recurso da União e suspendeu liminar da Justiça Federal de Naviraí (MS) que bloqueava R\$ 20 milhões do orçamento federal para o pagamento de indenizações aos donos das fazendas localizadas na Terra Indígena Yvy Katu, em Japorã, sul do estado. Conforme a nova decisão, a liminar MPF foi suspensa porque "não existe norma que permita o sequestro das verbas previstas em item da lei orçamentária, como autorização de despesa".

O montante estava previsto na Lei Orçamentária de 2013 e não foi aplicado durante todo o ano, por isso poderia se perder com o encerramento do exercício financeiro. Segundo argumentou o MPF, "não se pode admitir que, diante da imensa necessidade de implementação de soluções aos conflitos agrários, as verbas alocadas sejam perdidas em razão da incapacidade do Estado em empregar esses recursos para a garantia de territórios aos povos indígenas e para a satisfação dos direitos dos portadores de títulos".

O recurso da União foi contra o bloqueio de verbas federais para indenizar os proprietários com áreas incidentes sobre a Terra Indígena Yvy Katu, reconhecida e demarcada pela Funai. Ao mesmo tempo em que recorre para não indenizar os proprietários, a União mantém um fórum de discussão com participação de índios, produtores e órgãos públicos de Mato Grosso do Sul, buscando justamente viabilizar uma forma legal para indenizar os produtores que têm suas terras reivindicadas pelos indígenas.

Para o procurador da República Marco Antonio Delfino, esta é uma clara contradição. "A efetiva solução da questão fundiária em Mato Grosso do Sul passa, necessariamente, pela coordenação das ações intragovernamentais. Os argumentos trazidos à juízo são frontalmente diversos do discurso de busca de soluções consensuais apresentados".

O fórum foi criado pelo governo federal após a morte de Oziel Terena, em maio do ano passado, durante reintegração de posse da Fazenda Buriti, invadida por indígenas terena em Sidrolândia (MS). Após várias reuniões, em agosto foi definida uma lista de áreas prioritárias para demarcação como terras indígenas, o que incluiria a indenização dos proprietários pela terra nua e pelas benfeitorias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 91 / 2013

Brasília, 26 de maio de 2014.

Proprietários, lideranças indígenas e comissões formadas se reuniram outras cinco vezes desde então para definir os valores a serem pagos. No entanto, até o momento, nem a compra da fazenda Buriti, autorizada pelo Governo Federal em junho de 2013, foi efetuada.

Índios farão grande manifestação em Brasília



Agricultor é espancado a golpes de machado por um índio no interior da Bahia

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 26.05.2014

Na tarde da última sexta-feira (23), o agricultor Josuel dos Santos, deu entrada no Pronto Socorro do Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães, no oeste baiano. Josuel quase perdeu a vida ao ser agredido a golpes de machado por um índio numa propriedade no distrito Palmira, em Itaju do Colônia. De acordo com informações, o homem estava trabalhando quando foi atacado sofrendo vários golpes na cabeça. Sem ter como se defender, Josuel foi brutalmente espancado quase até a morte. Moradores conseguiram uma ambulância do município que encaminhou a vítima até o Hospital em Luiz Eduardo Magalhães. Os motivos da tentativa de assassinato ainda não são conhecidas.



Paz no campo passa por mudanças na legislação, diz Tortelli

SÍTIO ALRS, 26.05.2014

O deputado estadual Altemir Tortelli (PT), o único deputado gaúcho a acompanhar, em Brasília, as negociações entre agricultores, indígenas e Ministro da Justiça, avalia que as reuniões da semana passada amenizaram o clima de conflito nas regiões de Mato Preto, Sananduva e Faxinalzinho.

No entanto, o parlamentar só acredita em paz no campo com uma mudança estrutural no processo de demarcação de terras no Rio Grande do Sul. Esta foi a principal preocupação colocada por lideranças de movimentos sociais e pelo deputado na mesa de negociação do Ministro José Eduardo Cardozo. "Nossa proposta é que o Governo Federal mantenha esta mesa nos próximos meses a fim de negociar soluções definitivas para todas as áreas de conflitos, caso contrário, estas negociações pontuais terão sido infrutíferas", prevê.

Segundo o deputado, que por muitos anos coordenou a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FetrafSul), os debates pontuais podem estar administrando momentaneamente as três áreas de conflitos manifestas nestes últimos 30 dias, mas não descarta novos conflitos em outros 60 localidades gaúchas, onde agricultores e indígenas disputam terras. "Nós precisamos, cada lado cedendo um pouco, produzir um debate mais amplo e capaz de promover mudanças na legislação, com o aval do Ministério Público e, principalmente, da Funai. Precisamos produzir acordos amparados por lei, que sejam efetivamente cumpridos e definitivos. E não aqueles acordos que depois são questionados de tempos em tempos por uma das partes", pondera. Isto, contudo, para o deputado, não diminui a importância e a validade da iniciativa do Governo Federal ao iniciar negociações com as áreas de conflitos mais agudos.

De acordo com Tortelli, as reuniões com o ministro da Justiça foram muito importantes, representativas e inéditas, na forma como foram realizadas. "Não tem precedentes de outro governo que tenha dialogado desta maneira franca e direta com os movimentos", reconhece. Nas próximas semanas, o deputado estará acompanhando as reuniões internas dos movimentos sociais, que avaliarão as propostas sugeridas em Brasília.

Pelo proposto, em Mato Preto, área onde os indígenas guaranis dizem aceitar reduzir sua reivindicação de quatro mil para 600 hectares, 32 das 300 famílias de agricultores familiares teriam que deixar a área em discussão. O Governo pagaria indenização pelas terras e pelas benfeitorias. Em Sananduva, se apresentaram três propostas, mas a mais provável é que as duas partes aguardem decisão judicial. O índios caingangues aguardariam a decisão em terras compradas pelo Governo Federal para evitar novos conflitos. Em Faxinalzinho, permanece a sugestão de que os indígenas caingangues deixem a área e sigam para outra a ser comprada pelo Governo.



Norte Energia nega irregularidades em plano indígena de Belo Monte

SÍTIO UDOP, 26.05.2014

O consórcio Norte Energia, responsável pela construção e operação da hidrelétrica de Belo Monte, negou que haja irregularidades nos procedimentos que adotou para atender a demandas indígenas relacionadas ao licenciamento da usina.

Na noite de ontem, segundo o consórcio, um grupo de aproximadamente 70 índios bloqueou o tráfego na rodovia Transamazônica (BR-230) no município de Vitória do Xingu (PA), em frente à portaria principal do Sítio Belo Monte, impedindo o acesso ao canteiro de obras da construção da hidrelétrica.

"Os manifestantes ignoraram todas as ponderações da Norte Energia e recusaram-se a apresentar uma pauta de reivindicações aos representantes da Superintendência de Assuntos Indígenas da empresa, que compareceram na madrugada ao local do bloqueio", informou o consórcio, por meio de nota.

Segundo a Norte Energia, foi lembrado aos líderes indígenas que na quarta-feira foi assinado o Termo de Compromisso FUNAI -Norte Energia , "que era o item mais relevante reivindicado por eles".

"As atividades previstas neste documento serão referendadas pela Funai e acompanhadas por um Comitê Gestor formado por representantes das comunidades indígenas, da Norte Energia e do órgão indigenista. O Comitê vai avaliar os planos anuais de trabalho apresentados pela empresa, que também serão submetidos às comunidades indígenas."

De acordo com a empresa, os manifestantes responderam que tal termo "não valia nada". A Norte Energia informa que já destinou mais de R\$ 150 milhões às ações e obras do Programa Básico Ambiental - Comunidades Indígenas (PBA-CI).

Na manhã de hoje, segundo o consórcio, os manifestantes tomaram três ônibus que prestavam serviços nas obras e se transferiram para outros pontos da Transamazônica, onde usaram os veículos para manter bloqueio parcial do trânsito, impedindo a circulação de veículos destinados aos canteiros da obra de Belo Monte. Cerca de 7 mil trabalhadores foram impedidos de chegar ao trabalho, de acordo com a empresa.

"A Norte Energia repudia a ação intempestiva dos manifestantes e informa que adotará as medidas legais necessárias para restaurar o direito constitucional de ir e vir de seus colaboradores", informou a empresa.

Fonte: Valor Online



Demarcação de terras indígenas: diálogo demonstra avanços e garantia de direitos
SÍTIO RÁDIO SANANDUVA, 26.05.2014

Uma reunião inédita, realizada na quinta-feira (23), no Ministério da Justiça em Brasília, reuniu representantes de indígenas e agricultores familiares de três áreas em processo de declaração ou demarcação.

Com a presença dos secretários de Estado, Elton Scapini (Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo) e Jorge Branco (Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas), a reunião teve como objetivo a criação de mesas de negociação, para o avanço de acordos referentes às áreas de Mato Preto (Getúlio Vargas, Erechim e Erebango), Passo Grande do Forquilha (Sananduva e Cacique Doble) e Irapuá (Caçapava do Sul).

A intenção do encontro foi formar mesas de negociação também com as áreas de Rio dos Índios (Vicente Dutra) e Votouro/Kandóia (Faxinalzinho e Benjamim Constant do Sul). No entanto, da primeira área, representantes de nenhuma das partes estiveram na atividade e da segunda, apenas os agricultores.

As rodadas de discussão em torno de cada área tiveram como pressuposto o diálogo, a mediação e a garantia do direito de ambas as partes. "Se levou em conta, em todas as etapas, tanto os direitos dos indígenas, quanto de agricultores familiares. O diálogo foi muito positivo neste sentido, por buscar uma solução mediada. Sem mediação, o Ministério da Justiça afirma que dará andamento aos procedimentos demarcatórios e, com isso, os agricultores terão que buscar seus direitos judicialmente", disse o secretário Elton Scapini, que também afirmou ter saído satisfeito da reunião, visto que ela sinalizou boas possibilidades de acordo.

Para o secretário, levando em conta que a demarcação é uma responsabilidade da União, caberá ao Ministério da Justiça dar encaminhamento com relação às duas áreas que não tiveram representantes na reunião de quinta (Votouro/Kandóia (Benjamim Constant do Sul e Faxinalzinho), bem como, cabe ao Ministério também dar o devido encaminhamento às deliberações acordadas no encontro. "O Governo do Estado continua acompanhando este tema, entendendo ter um papel importante no que se refere à mediação e busca de soluções que garantam o direito tanto de indígenas, quanto de agricultores familiares".

Resultados da reunião

MATO PRETO: Com área declarada de 4.230 hectares, os indígenas tiveram concordância sobre o avanço das negociações, levando em conta o laudo da Funai, que propõe 657 hectares como área indígena. Desta forma, a proposta é indenizar os proprietários dos 657 hectares. Como encaminhamento para esta área, o Ministério da Justiça estará buscando o acordo do Ministério público Federal e uma reunião com os proprietários dos 657 hectares será marcada para deliberar a concordância e as medidas legais serem iniciadas. "Caberá aos agricultores proprietários de áreas nos 657 hectares definirem se concordam ou não com a proposta",

CONT.



ressalta o secretário Scapini.

IRAPUÁ: Área identifica de 220 hectares, onde os agricultores atingidos concordam com o acordo desde que seja viabilizada a indenização.

PASSO GRANDE DO FORQUILHA: Como não houve acordo em relação à área declarada (1916 hectares), o processo continuará judicializado. Enquanto isso, as partes deliberarão sobre duas possibilidades: aquisição de outra área para assentar provisoriamente os indígenas ou a regularização de 237 hectares da área já declarada.

Fonte:

Texto: Andréa Sommer



Comunidades indígenas fazem pacto para eleger deputado

SÍTIO O DIA, 26.05.2014

Índigenas concentram estratégia política em Roraima e caciques decidiram, pela primeira vez na história, unificar nove etnias para conquistar uma vaga na Câmara

Roraima - Com baixíssima representação no Congresso, as minorias estão se rebelando. O grito mais rotundo está partindo dos índios, minoria das minorias, segmento sem nenhum representante eleito e que, ainda assim, numa curiosa contradição, inspirou a criação da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas, bombardeada por todos os lados pela bancada ruralista, arquiinimiga da causa.

Órfãos dos governos, mas assessorados por parlamentares de várias regiões do país, pela Igreja Católica e por ONGs, os índios querem agora colocar um representante no Congresso nas eleições deste ano. Para isso, organizaram uma estratégia aparentemente infalível: concentraram os esforços em Roraima - onde a presença indígena na sociedade, representando 11% dos 490 mil habitantes, é a mais ampla do País - para eleger um deputado federal e outro estadual.

Pela primeira vez na história das eleições no Estado, caciques (lá chamados tuxauas) decidiram, em inédita assembleia realizada há poucos dias, unificar as nove etnias - macuxi, wapixana, taurepang, ingarikó, wai-wai, yanomami, patamona, saporé e ye'kunan - para conquistar uma cadeira na Câmara.

A vaga está aberta desde a eleição do único índio que até hoje ocupou um assento no Parlamento, o ex-cacique xavante Mário Juruna que, embora tenha sua história no Mato Grosso, foi eleito pela população branca do Rio de Janeiro e teve passagem meteórica e polêmica pela Casa entre 1982 e 1986.

Pela decisão do conselho dos tuxauas de Roraima, que jamais é contestada, índio agora votará em índio. Os "caciques" tradicionais da política regional, como o senador Romero Jucá (PMDB), terão de buscar votos entre os brancos.

Os nomes escolhidos foram dois dirigentes do Conselho Indigenista de Roraima (CIR), Mário Nicácio Wapixana, do PC do B, coordenador do órgão, e Aldenir Cadete de Lima, o Aldenir Wapixana, do PT, que sairão em dobradinha, respectivamente, para Assembleia e Câmara.

Força

O próximo passo é buscar uma coligação para alcançar com segurança o quociente eleitoral, embora matematicamente possam ser eleitos mesmo saindo apenas pelos partidos aos quais estão filiados.

CONT.



Com população de 55 mil pessoas e cerca de 30 mil votos, os índios representam cerca de 12% do eleitorado de Roraima e, desde que esse universo não seja dividido com candidatos brancos - como ocorreu historicamente -, conquistariam com folga uma cadeira na Câmara e, no mínimo, duas no Estado. Numa coligação, seis mil votos elegeriam um federal.

Uma espécie de “República” indígena, Roraima é o Estado do Brasil com a mais forte presença do índio na fisionomia social. Suas 32 reservas (ou Terras Indígenas) representam mais de 46% da superfície territorial, ou algo em torno de 10 milhões de hectares, onde vivem 413 comunidades. Os índios estão presentes em todos os setores da vida roraimense, mas o destaque é na economia: donos de 600 mil cabeças de bovinos - criados na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, uma área contínua de 1, 7 milhão de hectares homologada em 2008 - são responsáveis pelo fornecimento de 60% da carne consumida em Roraima.

Mais de 600 índios são formados pela Universidade Federal de Roraima em áreas como administração, agronomia, medicina, direito, sociologia e, entre outras, filosofia. O candidato a deputado estadual, Mário Nicácio, por exemplo, é forma em administração de empresas (o foco é a área indígena) e habilitação em sistemas de informação.

Aldenir tem o ensino médio, mas se especializou em comunicação e, nas questões indígenas, atua como fotógrafo, alimentando redes sociais e sites voltados à causa indígena. Alimenta o site do CIR, tem página no Facebook e transita com desenvoltura pelas “infovias” da internet.

Os índios de Roraima estão entre os mais aculturados do mundo, são politizados (as aldeias terão urnas biométricas este ano) e convivem com a população branca sem abrir mão dos costumes e tradições. Os dois candidatos representam a nova geração surgida depois de uma luta de 34 anos retomada das terras da Raposa Serra do Sol, que estava nas mãos dos arrozeiros.

A eleição de um representante no Congresso tem dois objetivos: reforçar as conquistas em Roraima, resistindo às sucessivas tentativas de exploração às enormes riquezas minerais que repousam no subsolo das áreas indígenas do estado (a maior e mais valiosa província mineral do planeta) e articular um arco de alianças para se contrapor nacionalmente à força de ruralistas, que vem pressionando para tentar restringir os direitos indígenas já consolidados.

Tensão

“Vamos lutar por um estatuto, pela demarcação de terras de nossos parentes, o fim da mineração em território indígena, políticas públicas e a rejeição da PEC 215”, diz Aldenir Wapixana. Este último item se refere à proposta de emenda que daria também ao Congresso - e não só ao executivo - poder para decidir sobre demarcações.

A aprovação da PEC 215 seria, segundo Aldenir, um retrocesso para a minoria das minorias, já que ruralistas e evangélicos, frente que também confronta o interesse indigenista, têm juntas mais de 200 parlamentares.

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Cléber César Buzatto, diz
CONT.



que a eleição de apenas um deputado não muda a correlação de forças, mas daria uma voz autêntica e representativa a uma minoria, num parlamento francamente conservador e radicalmente contra os interesses indígenas.

Ele cita os casos de Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul, onde os ruralistas, liderados pelo presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, Luiz Carlos Heinze (PP-RS), sem voz autêntica que os conteste no Congresso, estão formando milícias armadas para impedir as demarcações. Buzatto diz que em função da apologia ao conflito, pregada abertamente por Heinz, inclusive num vídeo que circulou na internet, índios kaingang e fazendeiros estão à beira de um conflito sangrento no Sul do país.

“A eleição de um índio ajudaria a reduzir o desequilíbrio no Congresso, colocando um contraponto aos ruralistas que querem inviabilizar as demarcações”, diz o secretário geral do CIMI.

Negros e mulheres

Entre as minorias, a mulher é a que tem mais espaço no Congresso, embora o índice seja reduzidíssimo quando comparado com a densidade dos gêneros entre a população. Elas representam mais de 51% dos brasileiros, mas são só 10% no Senado (81 senadores) e 8% na Câmara, onde ocupam 46 das 513 cadeiras. O contraditório é que a lei eleitoral obriga os partidos a destinar pelo menos 30% das vagas a candidatas mulher, o que acaba se revelando uma medida apenas formal.

Ainda assim, outras minorias, como negros, querem o mesmo tipo de proteção para melhorar a representação no Parlamento. “O Brasil faz a separação de raças na composição do Parlamento”, diz Alexandre Braga, responsável pelo setor de comunicação da União dos Negros do Brasil (Unegro), entidade que luta pela cota de 30% de vagas nos partidos como forma de melhorar a representação.

No Congresso, os parlamentares negros ou pardos também são poucos: dois no Senado e 43 na Câmara, um deles, Domingos Dutra (SD-MA), quilombola. Braga acha que as políticas públicas de valorização colocaram os negros atualmente em raro momento de afirmação.

Ele prevê que este ano haverá um pequeno aumento na bancada, mas acredita que o cenário estará bem melhor na próxima eleição, que deverá ser realizada depois de uma reforma política que garantirá disputa em melhores condições de igualdade às minorias.

Entre as demais minorias, os sem-terra têm três congressistas, os deficientes 15 (um deles no Senado) e os homossexuais apenas um assumidamente, no caso, o deputado Jean Wyllys.



Exposição sobre tradição indígena em Maricá segue na Casa de Cultura até o dia 30
SÍTIO O FLUMINENSE, 26.05.2014

A mostra "A Herança Indígena em Terras Maricaenses" segue em exposição na Casa de Cultura, no Centro de Maricá, até o dia 30 desse mês. O acervo reúne adereços e cartazes que contam a história do povo Tupi-Guarani, que habita a região desde antes de sua origem e influenciou fortemente os moradores da cidade. A entrada é gratuita.

A Casa de Cultura fica na Praça Orlando de Barros Pimentel, s/nº. O horário de visitação é de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 3731-1432.

Abertura

A exposição foi aberta na noite do dia 15 e atraiu curiosidade de muitos maricaenses, entre elas a primeira-dama Rosângela Zeidan, que não poupou elogios. "É muito importante enaltecermos o lugar dos índios em nossa história, principalmente agora que vamos comemorar os 200 anos de emancipação do município", disse.

Alunos do EJA da E.M. Domício da Gama aproveitaram a oportunidade para adquirir conhecimentos extraclasse, trocar informações sobre os objetos que observavam e sobre os textos informativos que liam, pesquisados pela historiadora Maria da Penha e pela arquiteta Renata Gama.

Prefeitura de Maricá



Índice de suicídios entre indígenas no MS é o maior em 28 anos

SÍTIO DOURADOS AGORA, 26.05.2014

No dia 3 de abril, quando amanheceu em uma aldeia Guarani-Kaiowá, localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul, a mãe de três filhos abriu a porta de casa e paralisou ao ver o corpo frágil de sua menina mais nova suspenso pelo lençol, amarrado à árvore por um nó que parecia firme. No dia anterior, a garota havia completado 13 anos.

"A mãe disse que ela chegou da escola muito triste e reclamando de dores na cabeça", conta Otoniel, liderança Guarani-Kaiowá. "Depois que todos foram dormir ela amarrou o lençol na árvore e se matou. Um primo dela de 12 anos tinha se enforcado uma semana antes. E uns dias depois que ela morreu outro adolescente, de 16 anos, também se suicidou na mesma aldeia. Fui até lá para saber o que estava acontecendo".

Os três enforcamentos em menos de duas semanas fazem parte de uma estatística que no ano de 2013 ganhou contornos históricos. Foram contabilizados 73 casos de suicídios entre os indígenas de Mato Grosso do Sul. De acordo com registros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), é o maior número em 28 anos. Os dados, apurados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/MS), constam no Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, a ser divulgado pelo Cimi em junho.

Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos. Otoniel acredita que o motivo de tantos jovens cometerem suicídio é a falta de perspectiva. "Não têm futuro, não têm respeito, não têm trabalho e nem terra pra plantar e viver. Escolhem morrer porque na verdade já estão mortos por dentro".

O procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, do Ministério Público Federal (MPF) em Dourados (MS), explica que as oportunidades de trabalho para os indígenas são praticamente restritas a atividades subalternas degradantes, como o corte da cana-de-açúcar. "Temos escolas indígenas, mas o modelo educacional não foi construído para a comunidade, existe apenas uma 'casca indígena', que não contempla a inserção do jovem no processo produtivo", completa.

"A discriminação e o ódio étnico, condutas incentivadas inclusive pelos meios de comunicação, acentuam sobremaneira o problema dos suicídios. Os indígenas são pintados como entraves, empecilhos, obstáculos ao desenvolvimento. É como se a mídia passasse a mensagem 'Se você quer ficar bem, tire o índio do seu caminho', ressalta o procurador.

13 anos, 684 suicídios

No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá de MS, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos. "As atuais condições de vida desses indígenas, que desembocam em estatísticas assombrosas de violência, têm origem num processo histórico", explica Marco Antonio Delfino.

CONT.



“O que aconteceu foi uma transferência brutal, por parte da União, de territórios indígenas para não índios”.

A transferência se deu, principalmente, pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que demarcou, entre 1915 e 1928, oito pequenas reservas no sul do estado para onde diferentes povos indígenas foram obrigados a migrar. “As reservas demarcadas serviam como um depósito gigantesco de mão de obra a ser utilizada conforme os interesses econômicos. Todo o processo de confinamento indígena teve como finalidade sua utilização como mão de obra para os projetos agrícolas implantados no país, desde a cultura da erva-mate até recentemente, com a cana-de-açúcar”, completa o procurador.

O confinamento compulsório, com a sobreposição de aldeias distintas e de dinâmicas político-religiosas peculiares, acirrou o conflito dentro das reservas, alterando profundamente as formas de organização social, econômica e cultural dos indígenas, o que resultou em índices alarmantes de superpopulação, miséria e violência nestes espaços.

Definida pela vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, como “a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo”, a Reserva Indígena de Dourados é um dos exemplos mais contundentes desse processo histórico. Encravada no perímetro urbano do município, na Reserva vivem hoje mais de 13 mil indígenas em 3,6 hectares de terra. É a maior densidade populacional entre todas as comunidades tradicionais do país, e onde aconteceram 18 dos 73 casos de suicídio no estado em 2013.

“Hoje enfrentamos uma carência extremamente aguda de políticas públicas. Desde 2009 existem discussões para implantar um Centro de Atenção Psicossocial Indígena em Dourados mas, por enquanto, não foi adotada nenhuma medida concreta para sua construção”, diz Marco Antonio Delfino. “A impressão que se tem é que as pessoas perderam o controle sobre o monstro que criaram, que são essas reservas. Então, fica nesse jogo de empurra-empurra, sempre com soluções paliativas. Precisamos reconhecer e reparar os erros cometidos para que existam soluções efetivas. O primeiro passo é demarcar os territórios usurpados dos indígenas”, conclui o procurador.



Mobilização Nacional Indígena promove manifestações em Brasília

SÍTIO ECODEBATE, 26.05.2014

Povos indígenas de todo o país reúnem-se na capital federal para realização de atos e manifestações contra os ataques aos seus direitos garantidos pela Constituição Federal

Povos e organizações indígenas de todo o País promoverão manifestações e eventos em defesa de seus direitos e de suas terras, em Brasília, na semana que vem. As atividades acontecem de segunda a quinta-feira (de 26 a 29 de maio), como parte da Mobilização Nacional Indígena. Na quarta (28/5), às 9h, está confirmada uma audiência pública, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

Os protestos ocorrem num cenário de ataque generalizado aos direitos indígenas, em especial os direitos territoriais, da parte de vários setores do governo e de um conjunto de atores políticos e econômicos capitaneados pela bancada ruralista no Congresso Nacional.

Um dos principais objetivos da mobilização da semana que vem é impedir a aprovação da série de projetos contra os direitos indígenas em tramitação no parlamento, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que pretende transferir aos congressistas a atribuição de aprovar a demarcação das Terras Indígenas (TIs); o Projeto de Lei (PLP) 227, que visa abrir essas áreas à exploração econômica; o PL 1.610, que regulamenta a mineração nas TIs, entre vários outros. Também serão alvos dos protestos, entre outras medidas do governo, a proposta de alteração do procedimento de demarcação das TIs do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que objetiva generalizar a todas as TIs as condicionantes definidas para a TI Raposa Serra do Sol (RR), contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Na prática, todas essas propostas do Executivo e do Legislativo pretendem paralisar definitivamente os processos de demarcação, já suspensos pelo governo federal.

Enquanto isso, a tramitação de projetos importantes para consolidar os direitos indígenas e que são bandeiras do movimento indígena, como o Estatuto dos Povos Indígenas e o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), está paralisada há anos nos corredores do Congresso, sem qualquer avanço. A Mobilização Nacional Indígena também defende a sua aprovação dessas duas demandas.

Como parte da mobilização, está sendo relançado o site A República dos Ruralistas, que mapeia os principais integrantes da bancada que representa os grandes proprietários do agronegócio no Congresso. A página passou por uma atualização, com a inclusão de novos perfis de deputados federais e senadores.

A Mobilização Nacional Indígena é promovida pela Apib, com apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Instituto Socioambiental (ISA),

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 91 / 2013

Brasília, 26 de maio de 2014.

Greenpeace, Instituto de Educação do Brasil (IEEB), entre outras organizações indígenas e indigenistas.

Comitê de Comunicação da Mobilização Nacional Indígena



Agricultores respondem ao Ministério da Justiça até sexta-feira sobre impasse com indígenas

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 26.05.2014

Os trabalhadores realizam reuniões para debater o tema

Os agricultores ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) esperam encaminhar até sexta-feira um posicionamento para o Ministério da Justiça sobre a demarcação de terras indígenas. O ministro José Eduardo Cardozo deu um prazo até esta semana para os agricultores responderem. Os trabalhadores realizam reuniões para debater o tema.

O ministro propôs a redução da região demarcada como reserva indígena no Norte gaúcho. A área conhecida como Mato Preto, localizada entre Getúlio Vargas, Erechim e Erebango, que soma mais de 4,2 mil hectares, pode ser reduzida para 600 hectares. A ideia é fazer com que apenas cerca de 30 famílias de agricultores sejam atingidas pela demarcação.

A Fetraf-Sul defende a compra de uma área para criar reservas indígenas. Conforme um dos coordenadores da entidade e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sananduva, Sidimar Lavandoski, em todo o processo demarcatório no Rio Grande do Sul, mais de cinco mil famílias poderão ser atingidas em 60 municípios gaúchos.